



COMARCA DE GOIÂNIA
NAJEC - Núcleo de Atermação dos Juizados Especiais Cíveis

FORMULÁRIO DE RECLAMAÇÃO

Prioridade:	<input type="checkbox"/> Maior de 60 Anos	<input type="checkbox"/> Grávida	<input type="checkbox"/> Doença Grave
	<input type="checkbox"/> PNE	<input checked="" type="checkbox"/> Tutela Provisória de Urgência	
Reclamação apresentada por:			
Nome:			
Estado Civil:		Nacionalidade:	
RG:	Órgão Exp:	Data Emissão:	
CPF:		Profissão:	
Endereço:			
Bairro:		Cidade:	
Estado:		CEP:	
Fone:		E-mail:	

O(s) autor(es) acima qualificado(s), vem à presença de V. Exa. propor a presente:

AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS

Reclamado(s):

Nome:
CPF/CNPJ:
Endereço:
CEP:
Fone:

I – FATOS RECLAMADOS (CIRCUNSTÂNCIAS)

Sugestão de redação (APAGAR ANTES DE CONCLUIR A ATERMAÇÃO):

*A REDAÇÃO VAI VARIAR MUITO A DEPENDER DO CASO CONCRETO, MAS SEGUE UMA LINHA GERAL QUE PODE SER SEGUIDA:

O Reclamante, ao tentar contratar um empréstimo/realizar uma compra de , foi surpreendido com a informação de que seu nome estava inscrito junto aos órgãos de proteção ao crédito, motivo pelo qual não conseguiu fazer a contratação/compra pretendida.

Alega que o débito que foi inscrito junto ao SPC/SERASA (VER QUAL É O ÓRGÃO QUE EFETIVO A RESTRIÇÃO) não é devido, pois (SITUAÇÃO 01) já realizou o pagamento do mesmo, conforme documento em anexo; (SITUAÇÃO 02), não possui nenhum vínculo contratual com a reclamada.

III – DA TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA (NCPC 300 *caput*)

Em razão da existência de elementos que evidenciam a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, conforme os fatos ora narrados, a(s) parte(s) reclamante(s) requer(em) seja concedida a tutela provisória de urgência, de forma “*inaudita altera pars*” ou após contraditório prévio (art. 300, § 2º, NCPC), para:

1. () Abster-se de interromper o fornecimento; restabelecê-lo ou manter o serviço em 24h.
2. (X) Retirar ou abster-se de incluir o nome do requerente nos cadastros restritivos de crédito, como SPC, SERASA, em 24h.
3. (X) Suspender cobrança ou lançamento de débito.
4. () Outros:

Sob pena de multa diária, a ser arbitrada por V. Exa., por desobediência, bem como mantendo o fornecimento/prestação/obrigação de fazer ou não fazer até o final da demanda.

IV – PEDIDO DO CONSUMIDOR

Posto isso, requer a Vossa Excelência:

1. (X) Seja(m) a(s) ré(s) citada(s) na forma da lei para, no prazo legal, oferecer(em) sua contestação, sob pena de ser tidos verdadeiros todos os fatos narrados na inicial;
2. (X) Inversão do ônus da prova;
3. (X) Confirmar a tutela provisória de urgência e torná-la definitiva;
4. (X) **Declaração de inexistência total do débito indevidamente cobrado, no valor de R\$;**
5. () Devolução do valor cobrado indevidamente, R\$, em dobro;
6. () Devolução do preço do produto/serviço, R\$, corrigido desde a data da compra;
7. () Entrega ou troca do produto, sob pena de multa diária por não cumprimento de ordem judicial, em valor a ser arbitrado por V. Exa.;
8. () Pagar indenização por dano material, no valor de R\$;
9. (X) **Pagar indenização por dano moral, no valor de R\$;**
10. (X) Seja deferido o benefício da gratuidade da Justiça, nos termos do art. 98 e ss. do NCPC.
11. (X) **Que a empresa reclamada seja condenada na obrigação de fazer, consubstanciada em retirar as restrições indevidas feitas em seu nome junto aos órgãos de proteção ao crédito, no prazo determinado por Vossa Excelência, sob pena de multa diária;**
12. () Informações complementares/Outro tipo de pedido:

V – DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS:

Lista dos documentos comprobatórios que possuir:

- 1)
- 2)
- 3)

VI – DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS:

CPF;
RG;
Comprovante de endereço;

Valor da Causa: R\$ *

Nestes termos, pede deferimento.

Goiânia-GO, ____/____/____.

Assinatura

**Limite: Valor máximo (sem assistência de advogado): 20 (vinte) salários mínimos – R\$18.740,00 (2017).*

TERMO DE RESPONSABILIDADE e CIÊNCIA:

O reclamante DECLARA que:

- 1) Todas as informações da petição inicial são de minha inteira responsabilidade, sendo certo que o resultado do processo depende da comprovação dos fatos e do convencimento do juiz.**
- 2) As informações e os documentos contidos na inicial foram livremente fornecidas por mim, e a causa de pedir, objeto da reclamação, é de minha opção pessoal e de livre espontaneidade.**
- 3) O não comparecimento à(s) audiência(s) acarretará a extinção do processo, bem como a condenação ao pagamento de custas judiciais, salvo se for acatada como falta de justo motivo mediante a apresentação de prova justificada da ausência, conforme art. 51, I da Lei nº 9.099/95.**
- 4) Foi advertida que, embora nas causas de até 20 (vinte) salários mínimos a ação possa ser proposta pessoalmente, sem advogado, é conveniente e recomendável que a pessoa esteja sempre assistida por advogado, principalmente quando a parte ré estiver acompanhada de advogado ou se tratar de pessoa jurídica ou firma individual, conforme dispõe o art. 9º, § 1º, da Lei nº 9.099/95.**
- 5) Nos termos do Art. 2º da Lei nº 9.099/95*, declaro que aceito receber intimações em um dos telefones acima informados.**

Goiânia-GO, ____/____/____.

Assinatura